

DOCUMENTO ORIENTADOR

ETAPA ESTADUAL DA 4ª CONFERÊNCIA NACIONAL DOS DIREITOS
DAS PESSOAS LGBTQIA+

ESPÍRITO SANTO – 1º A 3 DE AGOSTO DE 2025

Tema: “Construindo a Política Nacional
dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+”





GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO

José Renato Casagrande

Governador

Ricardo de Rezende Ferraço

Vice-Governador

Nara Borgo Cypriano Machado

Secretária de Estado de Direitos Humanos

Renan Lira Matos Cadais

Subsecretário de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos Humanos

Filipe Costa Vieira

Gerente de Diversidade Sexual e Gênero da Secretaria de Direitos Humanos

Camila Tinoco Barroso

Analista do Executivo - Ciências Sociais

Gisele Alencar Florencio Matos

Assistente de Gerência I

Aline Passos de Oliveira

Assessoria Especial



**CONSELHO ESTADUAL PARA A PROMOÇÃO DA CIDADANIA E DOS DIREITOS
HUMANOS DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS –
CELGBT - GESTÃO: 2023/2025**

Criado pela Lei nº 10.613, de 26/12/2016

COORDENAÇÃO COLEGIADA DA COMISSÃO ORGANIZADORA ESTADUAL

Fórum Estadual LGBT

Fabio Veiga Silva Pires

Núcleo Pedra

Geovane Roberto Santos

RELATORIA

Fórum LGBTI+ da Serra

Layza Lima

PODER PÚBLICO

Secretaria de Estado de Direitos Humanos (SEDH)

Filipe Costa Vieira

Secretaria de Estado de Direitos Humanos (SEDH)

Camila Tinoco Barreto

Secretaria de Estado da Educação (SEDU)

Felipe do Carmo Menegone

SOCIEDADE CIVIL

**Coletivo de Fortalecimento e Empoderamento da População Negra do Sul do Estado do
Espírito Santo (FEPNES)**

Agatha Santos Almeida

Coletivo Diversidade Resistência e Cultura de Guarapari (DRC)

Leonardo Simões Brandão

Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (IBRAT/ES)

Carlos Eduardo Medeiros de Melo

Rede Nacional de Pessoas Vivendo com HIV/AIDS (RNP/ES)

Fabiana Oliveira de Carvalho

Rede Nacional de Pessoas Vivendo com HIV/AIDS (RNP/ES)

Thiago Rodrigues de Freitas

Fórum Municipal LGBTI+ da Serra

Layza Lima Leopoldino

Fórum Estadual LGBT

Sidney Parreiras de Oliveira

Associação Aba Tyba

Wagner Henrique Rosa

CONVIDADA

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Viviana Corrêa

ASSISTENTE DE GERÊNCIA I

Gisele Alencar Florencio Matos

REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO

Secretaria de Estado de Direitos Humanos-SEDH

Titular: Filipe Costa Vieira

Suplente: Camila Tinoco Barreto

Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social-SETADES

Titular: Rayani Mozer Bissoli

Suplente: Luana Rosa Rodrigues Romão

Secretaria de Estado de Turismo – SETUR

Titular: Graciete de Souza

Suplente: Daniela Lube Cardozo

Secretaria de Estado da Saúde – SESA

Titular: Júlio Cesar Moraes

Suplente: Simone Luzia Moraes Dorna

Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social – SESP

Titular: Paulo Henrique Santos de Moraes

Suplente: Igor Pinheiro dos Santos Jasper

Secretaria de Estado da Justiça – SEJUS

Titular: Adriana Ramos do Nascimento

Suplente: João Pedro Montovanelli Merisio

Secretaria de Estado da Cultura – SECULT

Titular: Renan Cunha Araújo

Suplente: Nicolas Oliveira Soares

Secretaria de Estado da Educação – SEDU

Titular: Maria Eduarda Scarpato

Suplente: Felipe do Carmo Menegone

Defensoria Pública Estadual - DP/ES

Titular: Lucas Andrade Maddalena

Suplente: Rafael Mello Portella Campos

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

Conselho Regional de Psicologia - 16ª Região-ES

Titular: Sarah Abner Castro dos Santos

Suplente: Rodrigo dos Santos Scarabelli

Rede Nacional de Pessoas Vivendo com HIV/AIDS - RNP/ES

Titular: Fabiana Oliveira de Carvalho

Suplente: Thiago Rodrigues de Freitas

Fórum Estadual de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Mulheres Transexuais, Homens Trans – Fórum Estadual LGBT

Titular: Fabio Veiga

Suplente: Sidney Parreiras de Oliveira

Fórum Municipal LGBTI+ da Serra

Titular: Layza Lima Leopoldino

Suplente: Kassandro Silva dos Santos

Associação Aba Tyba

Titular: Wagner Henrique Rosa

Suplente: Gabriel Aquilla Lima Carvalho

Associação Grupo Orgulho, Liberdade e Dignidade – GOLD

Titular: Deborah Sabará Alves da Silva

Suplente: Maria José dos Santos

Instituto Brasileiro de Transmasculinidades - IBRAT-ES

Titular: Carlos Eduardo Medeiros de Melo

Suplente: José Miguel Gonçalves Fardin

Coletivo de Fortalecimento e Empoderamento da População Negra do Sul do Estado do Espírito Santo-FEPNES

Titular: Agatha de Almeida Santos

Suplente: Luciana Souza

Associação Núcleo Pedra

Titular: Geovane Roberto Santos

Suplente: Iago Ferreira Soares

Para mais informações, entrar em contato com a equipe da Comissão Organizadora Estadual (COE) da **Etapa Estadual da 4ª Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+** pelo endereço: lgbt@sedh.es.gov.br ou pelo telefone: **27 3134-1452 / 27 3134-1424**

*“Conhecemos os mistérios por
com eles andar
Não mais calvário
Arrebatamos das mãos do senhor
As chaves de nossas cadeias
Dancemos engenhosas e
aprendamos a voar
Para respirarmos submersas em
águas vivas
Superabundantes”*

Ventura Profana – “Eu Não Vou Morrer”

SUMÁRIO

1.	APRESENTAÇÃO	3
2.	ETAPA ESTADUAL DA 4ª CONFERÊNCIA NACIONAL DOS DIREITOS DAS LGBTQIA+	4
2.1	TEMAS E OBJETIVOS	4
3.	EIXOS TEMÁTICOS	4
3.1	EIXO 1: ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA LGBTQIA+.....	4
3.2	EIXO 2: TRABALHO DIGNO E GERAÇÃO DE RENDA À POPULAÇÃO LGBTQIA+	5
3.3	EIXO 3: INTERSECCIONALIDADE E INTERNACIONALIZAÇÃO	5
3.4	EIXO 4: INSTITUCIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DOS DIREITOS DAS PESSOAS LGBTQIA+.....	6
4.	PROCESSO DE REALIZAÇÃO DAS CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS LGBTQIA+	7
4.1	PREPARANDO A CONFERÊNCIA.....	7
4.2	ORGANIZAÇÃO DA CONFERÊNCIA.....	7
4.3	CRONOGRAMA.....	8
4.4	CONVOCAÇÃO DAS ETAPAS MUNICIPAIS/CONFERÊNCIAS LOCAIS.....	9
4.4.1	PELO PODER PÚBLICO MUNICIPAL.....	9
4.4.2	PELAS CÂMARAS MUNICIPAIS, PELO MINISTÉRIO PÚBLICO OU PELOS CONSELHOS/COMITÊS E PELA SOCIEDADE CIVIL.....	10
4.5	CONFERÊNCIAS LIVRES ESTADUAIS	10
5.	PROCESSO DE REALIZAÇÃO DAS CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS LGBTQIA+	11
5.1	PROCEDIMENTOS	11
5.1.1	CRENCIAMENTO.....	11
5.1.2	ABERTURA OFICIAL.....	11
5.1.3	REGIMENTO INTERNO	11
5.1.4	QUESTÕES DE ORDEM E DE ELUCIDAÇÃO	12
5.1.5	DESTAQUE E MOÇÕES.....	12
5.1.6	ORIENTAÇÕES PARA OS GRUPOS DE TRABALHOS.....	12
5.1.7	PLENÁRIA FINAL DA CONFERÊNCIA	13
5.1.8	PROCESSO DE SELEÇÃO DAS PESSOAS CONVIDADAS E OBSERVADORAS ..	14
6.	PROCESSO DE ELEIÇÃO DE PESSOAS DELEGADAS PARA A ETAPA ESTADUAL	14
7.	INSCRIÇÃO DAS PESSOAS DELEGADAS MUNICIPAIS NA CONFERÊNCIA ESTADUAL	15
8.	PROCESSO DE REALIZAÇÃO DA CONFERÊNCIA ESTADUAL LGBTQIA+.....	16
8.1	RELATÓRIO FINAL	16
8.2	SOBRE O ENCAMINHAMENTO DO RELATÓRIO FINAL DA CONFERÊNCIA..	16
9.	ANEXOS	17
	ANEXO I - TABELA DE REFERÊNCIA DAS PESSOAS DELEGADAS MUNICIPAIS 4ª CONFERÊNCIA NACIONAL DOS DIREITOS DAS PESSOAS LGBTQIA+	17
	TABELA 1 - REFERÊNCIA DE PESSOAS DELEGADAS DA CONFERÊNCIA ESTADUAL DOS DIREITOS DAS PESSOA LGBTQIA+	17
	ANEXO II - MODELO REFERÊNCIA DO RELATÓRIO FINAL DA ETAPA MUNICIPAL DA 4ª CONFERÊNCIA NACIONAL DOS DIREITOS DAS	

PESSOAS LGBTQIA+	20
ANEXO III - MODELO DE MINUTA DE DECRETO/PORTARIA CONJUNTA	28
ANEXO IV - MODELO DE MINUTA DE PORTARIA PARA INDICAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO ORGANIZADORA DA ETAPA MUNICIPAL DA 4ª CONFERÊNCIA NACIONAL DOS DIREITOS DAS PESSOAS LGBTQIA+	29

1. APRESENTAÇÃO

O Governo Federal publicou o Decreto 11.848, de 26 de dezembro de 2023, convocando a 4ª Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queers, Intersexos, Assexuais e Outras.

Considerando a importância do planejamento e do compromisso do Governo do Estado do Espírito Santo e da Sociedade Civil na busca por contribuir com a ampliação de respostas às demandas da população LGBTI+, bem como na garantia que as tomadas de decisões sejam realizadas a partir da escuta qualificada em espaços democráticos, a Secretaria de Estado de Direitos Humanos (SEDH) e o Conselho Estadual LGBT (CELGBT+/ES), instituíram a Comissão Organizadora da Etapa Estadual da 4ª Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, através da Resolução nº 01, de 29 de janeiro de 2024, e convocaram a Etapa Estadual da 4ª Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ por meio das Portarias Conjuntas SEDH/CELGBT nº 001-S, de 26 de janeiro de 2024 e nº 002-S, de 16 de maio de 2024.

As Conferências LGBTQIA+ vêm se constituindo em instâncias formais, destinadas à discussão e à formulação de políticas de promoção da cidadania e direitos de LGBTQIA+, visando garantir a participação social na proposição, na discussão, no monitoramento e na avaliação das políticas públicas para esse setor, por intermédio do diálogo entre o Poder Público e a Sociedade Civil Organizada, tendo por base os princípios da transversalidade, interdependência e indivisibilidade dos Direitos Humanos.

O estado do Espírito Santo realizou Conferências Estaduais LGBT nos anos de 2008, 2011, 2015 e 2019. Interrompida e descontinuada, a 4ª Conferência Nacional LGBT chegou a ser convocada em 2018, mas não foi executada. No entanto, em 2019, o Governo do Estado do Espírito Santo, por meio da SEDH e o CELGBT+ES convocaram e realizaram a IV Conferência Estadual de Políticas Públicas de Direitos Humanos de LGBT+. A Conferência Estadual teve a participação de aproximadamente 200 (duzentas) pessoas, sendo que mais da metade dos Municípios do Estado do Espírito Santo estiveram representados.

Este documento orientador servirá para sanar as dúvidas mais frequentes apresentadas por conselhos e órgãos gestores municipais na realização de suas conferências.

Aqui se aborda alguns conceitos básicos, sugerem-se os procedimentos necessários para a realização de uma conferência, além de documentos e instrumentos norteadores das discussões, sendo a mobilização tarefa primordial para tornar visíveis as necessidades e aspirações das pessoas LGBTQIA+.

As orientações aqui elencadas têm como objetivo garantir a uniformização no processo de realização das Conferências nas três etapas, culminando na Etapa Nacional, respeitando as diversidades locais.

2. ETAPA ESTADUAL DA 4ª CONFERÊNCIA NACIONAL DOS DIREITOS DAS LGBTQIA+

2.1 TEMAS E OBJETIVOS

O tema central da 4ª Conferência Nacional dos Direitos das LGBTQIA+, “Construindo a Política Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+”, norteará as Conferências Locais, Estaduais, Livres e do Distrito Federal, a partir dos seguintes objetivos: (1) propor diretrizes para a criação e a implementação de políticas públicas destinadas ao enfrentamento da discriminação contra as pessoas LGBTQIA+ e à promoção dos direitos humanos e da cidadania das pessoas LGBTQIA+; e (2) elaborar diretrizes para a criação do Plano Nacional de Promoção dos Direitos Humanos e da Cidadania das Pessoas LGBTQIA+.

O tema será discutido a partir de 04 (quatro) eixos temáticos. A Comissão Organizadora da Etapa Estadual da 4ª Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ orientou que as Conferências Locais e Livres encaminharão à Etapa Estadual até 05 (cinco) propostas por eixo.

3. EIXOS TEMÁTICOS

3.1 EIXO 1: ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA LGBTQIA+

Os indicadores nacionais de violência produzidos por organizações da sociedade civil apontam que entre janeiro e dezembro de 2022, 273 (duzentas e setenta e três) pessoas LGBTQIA+ foram mortas de maneira violenta, dentre as quais a população travesti e de mulheres trans representou 58,24% do total de mortes, ou seja, 159 pessoas; seguido de 35,16% de mortes de gays; 2,93% de homens trans e pessoas transmasculinas; 2,93% correspondendo a morte de 08 mulheres lésbicas; uma morte de pessoa bissexual, marcando 0,37%; e 0,37% de outros seguimentos da população LGBTQIA+.

Os índices apresentados confirmam a manutenção do Brasil como o país que mais mata pessoas LGBTQIA+ no mundo. Diante deste cenário, é de extrema relevância que o eixo seja discutido nas Conferências Locais, Estaduais, Livres e do Distrito Federal, a partir da perspectiva de promoção da cidadania plena e do enfrentamento às diversas violências contra pessoas LGBTQIA+. Neste sentido, a Portaria nº 756, de 05 de dezembro de 2023, que institui a Estratégia Nacional de Enfrentamento à Violência contra pessoas LGBTQIA+, deve ser subsídio para os debates, objetivando o enfrentamento à discriminação e à violência, o monitoramento de dados de violência contra pessoas LGBTQIA+ e a expansão do alcance das políticas públicas de proteção, promoção, assistência e defesa das pessoas LGBTQIA+ no território brasileiro.

A política pública de enfrentamento à violência LGBTQIA+ deve ter em seu horizonte o monitoramento dos dados de violências contra a população LGBTQIA+, para que o Governo Federal, Estados e Municípios compreendam a situação desta população a partir do mapeamento da violência com fins de criação e de promoção de ações efetivas ao combate, assim como foi

realizado pela Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, junto ao Ministério dos Direitos Humanos, que criou a política pública de fortalecimento das instituições que acolhem pessoas em situação de abandono familiar ou que passaram por violências decorrentes de sua identidade de gênero, orientação sexual e/ou características sexuais.

O programa Acolher+ objetiva o fortalecimento das Casas de Acolhimento para pessoas LGBTQIA+ enquanto abrigos provisórios para que as pessoas vítimas de violências possam exercer minimamente seus direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal, que são frequentemente violados. Nesse sentido, o debate do Eixo 1 deve se atrelar à promoção das diversas formas de enfrentamento às violências sofridas pela população LGBTQIA+ e as políticas, estratégias e ações que podem ser implementadas, para o enfrentamento às violências contra esta população.

3.2 EIXO 2: TRABALHO DIGNO E GERAÇÃO DE RENDA À POPULAÇÃO LGBTQIA+

A partir da defesa, da promoção e da garantia dos direitos das pessoas LGBTQIA+, reafirma-se o combate à LGBTQIAfobia e contra todas as formas de violência. Entretanto, para além da criação de políticas públicas no eixo de enfrentamento à violência contra pessoas LGBTQIA+, se faz necessário conjugar políticas que promovam a empregabilidade LGBTQIA+ no plano de ações do Estado, uma vez que as oportunidades de estudo, trabalho e renda, principalmente em casos de rompimento e abandono familiar, dão margem para que as pessoas LGBTQIA+ busquem outras alternativas de auto sustentação, deixando-as em situações de vulnerabilidade e precarização da vida ainda mais acentuadas.

Nessa perspectiva, o debate do Eixo 2 deve estar conectado às ações de auxílio às pessoas LGBTQIA+ na qualificação, acesso e permanência no mercado do trabalho de maneira digna, em ambientes saudáveis e não-discriminatórios, com direitos trabalhistas e previdenciários garantidos.

3.3 EIXO 3: INTERSECCIONALIDADE E INTERNACIONALIZAÇÃO

Historicamente a população LGBTQIA+ tem sido alvo de preconceito, discriminação e diversas formas de violação de direitos humanos que chegam ao extremo de execrar vidas – o direito humano mais elementar. Além disso, essa mesma população está submetida a diversas desproteções sociais e vulnerabilidades, como, por exemplo, a econômica, em face da discriminação de absorção no mercado de trabalho e das exíguas políticas de empregabilidade LGBTQIA+; sociais, diante das questões de cor, raça, etnia, gênero, classe e território em que residem; políticas, no que tange a invisibilidade em relação às pautas e agendas transversais e intersetoriais a essa população; dentre outras.

Nesse sentido, não há como pensar em qualquer política (saúde, educação, cultura, segurança pública, etc.) sem considerar a intersecção desses fatores de opressão, discriminação e exclusão, que reproduzem cultural e ideologicamente expressões de dominação e, como consequência, a

materialização da exclusão, da discriminação e da violência contra a população LGBTQIA+.

É nessa esteira que debater a intersecção de diversos fatores que atravessam diária e cotidianamente a população LGBTQIA+ é essencial, especialmente em âmbito internacional, de modo a apreender os desafios a serem enfrentados na conformação das políticas públicas brasileiras, a partir das iniciativas realizadas nos municípios e estados brasileiros, de modo que estas sejam apresentadas, discutidas e avançadas a partir de experiências exitosas realizadas mundo afora.

Articular o debate interseccional, identificar iniciativas nacionais e a internacionalização das boas práticas é a representação da necessidade de ampliar o diálogo para além das fronteiras nacionais, de modo a traçar caminhos interseccionais à promoção e a defesa efetiva dos direitos das pessoas LGBTQIA+ no Brasil e no mundo.

3.4 EIXO 4: INSTITUCIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DOS DIREITOS DAS PESSOAS LGBTQIA+

A institucionalização da Política Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ é de fundamental relevância para a construção de um marco regulatório às políticas públicas voltadas às pessoas LGBTQIA+. Em outros termos, a institucionalização de uma política nacional representa que o Estado torna-se o responsável pelo planejamento, execução, monitoramento e avaliação de políticas em âmbito nacional, com parâmetros, diretrizes e mecanismos para promover e defender os direitos e a cidadania plena dessa população e, nesse sentido, pode ser tensionado e cobrado sobre tais políticas.

Com a institucionalização da Política Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, o Estado se compromete em adotar medidas concretas para combater a discriminação, garantir a igualdade de condições e oportunidades e assegurar o pleno exercício dos direitos civis, sociais, econômicos e culturais das pessoas LGBTQIA+. Isso inclui a criação e fortalecimento de políticas públicas para combater o preconceito, a discriminação, as desigualdades e as violências.

A criação de espaços de diálogo entre o poder público, as organizações da sociedade civil e a comunidade LGBTQIA+ é essencial para a construção e monitoramento efetivo dessa política. A participação ativa desses grupos na elaboração, implementação, monitoramento e avaliação de medidas é fundamental para garantir que as necessidades e desafios específicos sejam considerados.

A institucionalização da Política Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ não apenas reforça o compromisso do país com os princípios da dignidade humana, como também contribui para a construção de uma sociedade respeitosa com as diversas identidades de gênero e orientaçõessexuais.

As Conferências possuem 6 (seis) momentos principais, sendo eles:

1) Credenciamento;

- 2) Mesa de Abertura;
- 3) Leitura e Aprovação do Regimento Interno;
- 4) Palestra;
- 5) Grupos de Trabalhos; e
- 6) Plenária Final.

4. PROCESSO DE REALIZAÇÃO DAS CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS LGBTQIA+

4.1 PREPARANDO A CONFERÊNCIA

As Conferências Municipais ou Regionais presenciais deverão ser realizadas com infraestrutura apropriada e contemplando acessibilidade, preferencialmente em um local que possua um auditório com capacidade para reunir o número total de participantes da conferência além de salas de reuniões que possam ser utilizadas para os trabalhos que serão desenvolvidos pelos grupos dos 04 (quatro) eixos.

No contexto presencial o município sede deverá oferecer alimentação para os participantes da conferência, bem como, para toda equipe organizadora. É aconselhado entregar aos participantes: a programação do evento, o regimento interno, folhas/blocos para anotação, caneta e algum material com conteúdo relevante referente à política pública para pessoas LGBTQIA+ ou de fomento às discussões da conferência.

Sugere-se, ainda, que sejam feitas identificações com os nomes dos eixos, ou agrupamentos de 02 (dois) ou mais eixos, e que as mesmas sejam colocadas na porta das salas onde irão ocorrer os devidos trabalhos. Devem-se prever recursos humanos para realizar a parte da logística da conferência, como credenciamento, votação do regimento interno, organização da alimentação, auxílio nos grupos de trabalho, compilação das propostas, etc. Preconiza-se, também, que sejam convidadas pessoas com notório saber sobre o tema em discussão nos 04 (quatro) eixos da Conferência, visando o enriquecimento do debate.

É de extrema importância a participação das Secretarias Municipais afins das políticas de direitos para pessoas LGBTQIA+, Conselho Municipal de Direitos Humanos, Conselhos Municipais LGBTQIA+ e demais Conselhos, entidades e organizações não governamentais envolvidas na causada defesa dos direitos das pessoas LGBTQIA+, universidades, imprensa, diversos meios de comunicação, poder executivo, poder legislativo, poder judiciário, entre outros. A mobilização para a participação de diversos representantes da sociedade dentro da conferência vem a contribuir para o fortalecimento das redes relativas à temática.

4.2 ORGANIZAÇÃO DA CONFERÊNCIA

Para organizar uma Conferência é importante construir uma Comissão Organizadora, com a presença de sociedade civil e poder público, que poderá contar com pessoas convidadas. Sugere-se

o documento contido no Anexo VI.

Ressalta-se, ainda, a importância da designação de uma equipe técnica pelo órgão gestor, visando à operacionalização da Conferência, juntamente com o Conselho, por meio da Comissão Organizadora. Essa Comissão Organizadora poderá dividir-se em grupos de trabalho para realizar tarefas, bem como, contar com apoio de pessoas técnicas e assessorias para:

- a) Propor estratégias de mobilização e divulgação;
- b) Definir, se haverá e, quem serão as pessoas palestrantes;
- c) Construir a minuta do regimento interno;
- d) Propor apresentações culturais;
- e) Consolidar o Relatório Final e encaminhá-lo à Comissão Organizadora da Conferência Estadual e respectivas gestões da instância superior (Estadual e Nacional).

4.3 CRONOGRAMA

O cronograma estabelecido para a realização das etapas é:

I As Etapas Municipais/Conferências Locais serão realizadas entre 02 de janeiro de 2024 e 31 de maio de 2025;

II As Conferências Livres Estaduais serão realizadas entre 02 de janeiro de 2024 e 28 de fevereiro de 2025;

IIIA Etapa Estadual da 4ª Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ será realizada nos dias 01, 02 e 03 de agosto de 2025;

IVA 4ª Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queers, Intersexos, Assexuais e Outras - LGBTQIA+, a ser realizada no período de 21 a 25 de outubro de 2025, em Brasília, Distrito Federal.

SUGESTÕES PARA ORGANIZAÇÃO DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL

Local: o espaço para realização da conferência deve ter um auditório que comporte o público estimado de mobilização e que contenha 04 (quatro) ou 02 (duas) salas disponíveis para realização dos grupos de trabalho dos eixos temáticos contidos no Regimento. As escolas podem ser espaços adequados para realização das conferências municipais, pois já possuem a estrutura necessária, como: cadeiras, mesas, banheiros, bebedouros e, muitas vezes, disponibilizam equipamentos de informática.

Equipamentos: Faz-se necessário pelo menos um computador e um projetor, a serem utilizados na plenária para apresentação de metodologia, regulamento, propostas e votação.

Recursos Humanos: A realização da conferência requer uma equipe de trabalho para as seguintes tarefas: a) recepção e credenciamento dos participantes; b) coordenação e sistematização dos 2 (dois) ou 4 (quatro) grupos de trabalho; c) secretaria, mediação e relatoria da mesa que preside o plenário.

Materiais para Grupos de Trabalho: notebook (se possível), folhas de ofício, canetas piloto, fitas adesivas, cartolinas, lousa ou quadro branco.

Kit Conferencista: Recomendamos que cada pessoa delegada e observadora receba, no ato de

credenciamento, uma pasta com a proposta de regimento da conferência municipal e programação, caneta, folhas de ofício ou bloco de anotações, podendo conter materiais de divulgação (panfletos), além de um crachá de identificação, diferenciando as pessoas delegados, com direito a voz e voto, das pessoas observadoras, que tem direito apenas a voz, conforme orienta o regimento da Estapa Estadual.

Divulgação: As Prefeituras ou as Organizações da Sociedade Civil devem se utilizar dos diversos meios de comunicação que dispõem, como rádios comunitárias e até mesmo carros e motos de som, observando que a conferência deve ser divulgada em todos os territórios do município, incluindo as zonas rurais, mobilizando a diversidade da população LGBTQIA+ do território, garantindo, assim, a ampla participação social na elaboração de políticas para a população LGBTQIA+ do município.

4.4 CONVOCAÇÃO DAS ETAPAS MUNICIPAIS/CONFERÊNCIAS LOCAIS

4.4.1 PELO PODER PÚBLICO MUNICIPAL

As Conferências Locais devem ser convocadas e financiadas pelos Municípios, a serem realizadas entre os dias **02 de janeiro de 2024 e 31 de maio de 2025** e convocadas, ao menos, 30 (trinta) dias da data de realização, de modo a promover a ampla divulgação em meios de comunicação, além de buscar a participação da sociedade civil organizada e da comunidade LGBTQIA+.

Para a organização das etapas preparatórias locais devem ser instituídas Comissões Organizadoras, assegurada a paridade entre representantes do poder público e da sociedade civil. Cabe à Comissão Organizadora das Conferências Locais:

- a) Coordenar, supervisionar e promover a realização das etapas locais preparatórias da 4ª Conferência Nacional;
- b) Elaborar o seu próprio Regimento em conformidade com o regimento da Conferência Estadual e com as orientações emanadas pelo Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ para a realização das Conferências Locais, constantes neste documento.

O Regimento da Conferência Local disporá do quórum e das metodologias que assegurem, de forma ampla e representativa, a participação de segmentos sociais, de entidades interessadas e comprometidas com a promoção e defesa dos direitos da população LGBTQIA+, bem como, da incorporação das particularidades de orientação sexual, gênero, étnico-raciais, regionais, geracionais, de pessoas com deficiência, indígenas, povos e comunidades tradicionais, população em situação de rua, pessoas vivendo com HIV/AIDS, dentre outras.

- a) Elaborar proposta de programação da Etapa Local;
- b) Mobilizar entidades, organizações e órgãos parceiros no âmbito de sua atuação, para preparação e participação na Etapa Local preparatória;
- c) Coordenar a divulgação das Etapas Locais;
- d) Definir os critérios para a participação de pessoas convidadas e observadoras da Etapa Local;
- e) Acompanhar o processo de sistematização do Relatório Final, que deverá ser incorporado no site da 4ª Conferência Nacional, pela Comissão Organizadora, com destaque ao diagnóstico e às recomendações aprovadas em cada Conferência Local;
- f) Fomentar a eleição de pessoas delegadas para a Conferência Estadual, conforme critérios dispostos

no Regimento Interno das Conferências Estaduais, desde que observada proporcionalidade prevista na Tabela 1 e Tabela 2 desse Documento Orientador;

g) Cadastrar pessoas delegadas eleitas para a Conferência Estadual no site da 4ª Conferência Nacional;

h) Deliberar sobre os casos omissos do Regimento Interno.

4.4.2 PELAS CÂMARAS MUNICIPAIS, PELO MINISTÉRIO PÚBLICO OU PELOS CONSELHOS/COMITÊS E PELA SOCIEDADE CIVIL

Caso a convocação da Etapa Municipal/Conferência Local não seja feita pelo Poder Público Municipal, esta poderá ser realizada pelas Câmaras Municipais, pelo Ministério Público ou pelos Conselhos/Comitês e SOCIEDADE CIVIL, podendo convocá-la sob as seguintes condições:

I A convocação da Etapa Municipal/Conferência Local por parte das Assembleias Legislativas, pelo Ministério Público ou pelos Conselhos/Comitês Estaduais e pela Sociedade Civil deverá ocorrer com até 15 (quinze) dias de antecedência da Conferência em nota pública, com a participação de no mínimo 03 (três) segmentos com reconhecimento na defesa dos direitos humanos com notório reconhecimento na defesa dos direitos das pessoas LGBTQIA+ e com 1 ano de atuação;

II Para convalidação da Etapa Municipal/Conferência Local, a Sociedade Civil deverá enviar para a Comissão Organizadora Estadual a nota de convocação com data, local, horário e programação, o Regimento Interno e um documento que comprove a atuação dos segmentos envolvidos;

III Em casos em que mais de um agrupamento da Sociedade Civil convocar a Etapa Municipal/Conferência Local, a Comissão Organizadora Estadual irá convalidar a convocação do primeiro agrupamento.

4.5 CONFERÊNCIAS LIVRES ESTADUAIS

As Conferências Livres Estaduais são mecanismos que possibilitam a ampliação da participação social no debate em torno das propostas a serem encaminhadas à Etapa Estadual da 4ª Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ e não substituem a realização das Conferências Locais.

As Conferências Livres poderão ser realizadas por entidades, órgãos públicos, organizações, Sociedade Civil em geral, dentre outros/as, de modo a contribuir com a mobilização em torno de debates relacionados ao tema e eixos temáticos da Etapa Estadual da 4ª Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+.

Essas etapas preparatórias não elegerão pessoas delegadas. Suas formulações e documentações contribuirão com os debates das demais Conferências em nível Estadual e Nacional. As Etapas Livres não dependem de ato oficial para sua convocação, mas indica-se que sejam amplamente divulgadas e devem ser comunicadas à Comissão Organizadora Estadual e à Comissão Organizadora Nacional.

Assim, a chamada da Etapa Livre preparatória ficará a critério da Comissão Organizadora, desde que respeitado seu chamamento com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência da sua realização,

visando à mobilização do maior número de pessoas interessadas na discussão.

Deverão ser encaminhados à Comissão Organizadora, em até 5 (cinco) dias úteis, os seus Relatórios Finais contendo até 05 (cinco) propostas aprovadas, e:

- a) apresentação e registro (atas, fotos, listas de presença, etc.);
- b) período de realização e discussões;
- c) número e perfil das pessoas participantes (gênero, raça, orientação sexual, religião, faixa etária).

5. PROCESSO DE REALIZAÇÃO DAS CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS LGBTQIA+

5.1 PROCEDIMENTOS

5.1.1 CREDENCIAMENTO

O primeiro procedimento é o credenciamento que deve ser realizado no espaço da Conferência, podendo ser presencial ou virtual, visando identificar as pessoas participantes. Caso a Conferência seja presencial, cada participante receberá um crachá identificado com o seu nome, a categoria a que pertence (pessoa delegada, convidada ou observadora) e o grupo de trabalho do qual a mesma irá participar. É importante que os crachás, preferencialmente, sejam impressos em cores diferentes para distinguir estas categorias. Se não for possível realizar a impressão com cores diferenciadas, sugere-se que o crachá seja entregue somente à pessoa participante credenciada como delegada. Esse crachá será utilizado nas votações das pessoas delegadas durante as plenárias. No ato do credenciamento, cada participante receberá: a Programação da Conferência, papéis e caneta para anotações, entre outros documentos considerados importantes pela Comissão Organizadora.

5.1.2 ABERTURA OFICIAL

O segundo procedimento é a abertura oficial da Conferência que inicia-se com a composição da Mesa. Autoridades podem ser convidadas para compor a Mesa, a critério da Comissão Organizadora, quando estiverem presentes: um representante do Poder Executivo, do Poder Legislativo, do Poder Judiciário e demais autoridades. Vale ressaltar que o tempo total das falas não deve se estender, pois, o atraso desgasta e compromete o bom andamento dos trabalhos da Conferência.

5.1.3 REGIMENTO INTERNO

O terceiro procedimento é a leitura do Regulamento Interno que deve ser realizada antes do início dos trabalhos. Durante a leitura, quando a pessoa delegada não concordar com os termos propostos, deve solicitar um destaque. Após a leitura, a Comissão Organizadora repassa os destaques para que as pessoas delegadas defendam seus pontos de vista. Cabe à Plenária fazer os ajustes necessários e, após discussão, o Regimento Interno deve ser colocado em regime de votação para aprovação das pessoas delegadas. Durante a Conferência, as pessoas participantes devem estar atentas para garantir o absoluto cumprimento do Regimento Interno. Sempre que necessário, podem ser levantadas questões de ordem para cumpri-lo.

Vale ressaltar que, a Comissão Organizadora poderá encaminhar antecipadamente o Regimento

Interno às pessoas participantes, solicitando a leitura prévia por meio de declaração obrigatória no ato da inscrição, visando pular a etapa da leitura presencialmente. Caso opte por essa modalidade, após a Abertura Oficial, a Comissão Organizadora deve iniciar colocando o Regimento Interno em votação.

5.1.4 QUESTÕES DE ORDEM E DE ELUCIDAÇÃO

Quando uma pessoa delegada da Conferência tem alguma dúvida sobre a interpretação ou desrespeito ao Regimento Interno, ela poderá apresentar a Comissão Organizadora ou a Coordenação do Grupo de Trabalho, uma “questão de ordem”. Quando alguém fala “Questão de Ordem”, imediatamente os trabalhos são interrompidos e a pessoa que solicitou a questão fica com a palavra e tem a oportunidade de expor o seu ponto de vista. Para a Conferência transcorrer de forma democrática, uma questão de ordem só deve ser pedida se de fato estiver acontecendo algum erro na condução dos trabalhos especificamente vinculados ao Regimento Interno. Solucionado o problema, os trabalhos deverão ser imediatamente retomados.

De igual forma, quando uma pessoa delegada da Conferência não compreende um determinado ponto da proposta que está sendo apresentada ou tem alguma dúvida sobre o encaminhamento da mesa, ela pode apresentar à Comissão Organizadora ou Coordenação do Grupo de Trabalho uma “questão de elucidação”. A questão de elucidação não está relacionada ao descumprimento do Regimento (podendo ser solicitada inclusive durante a apreciação do documento).

5.1.5 DESTAQUE E MOÇÕES

Durante a Conferência, quando uma proposta é apresentada no grupo ou na plenária, antes de sua aprovação, caso a pessoa delegada não concorde com os termos ou tenha uma sugestão para melhorar o texto, ela pode solicitar um destaque, apresentando uma nova redação.

Na plenária final, além das propostas trazidas dos grupos, também são apreciadas as moções. As moções podem ser de repúdio, indignação, apoio, congratulação ou recomendação. As moções dizem respeito a assuntos não tratados na Conferência e não necessariamente referentes à Política LGBTQIA+. Para uma moção ser aprovada, é necessário um número mínimo de assinaturas que estará estabelecido no respectivo Regimento Interno. Após conferir o número mínimo de assinaturas exigido, a Coordenação da Mesa da Plenária Final coloca a moção em votação. As moções somente são apreciadas e votadas após o término da votação das propostas dos grupos de trabalho. Após aprovada, cada moção deverá ser encaminhada à instância devida.

5.1.6 ORIENTAÇÕES PARA OS GRUPOS DE TRABALHOS

O trabalho em grupos é um dos momentos mais importantes da Conferência, pois é no grupo que as pessoas delegadas podem expressar e defender suas posições sobre a execução das ações. Os grupos de trabalho deverão ter representatividade das pessoas delegadas do Governo e Sociedade Civil. São nos grupos que serão identificados e avaliados os avanços na implementação das deliberações da Conferência anterior, caso haja, reorientando e redefinindo as prioridades, à luz dos conteúdos apresentados nos painéis a partir dos eixos temáticos. Cada grupo contará com:

- I - 01 (uma) Coordenação, pelo menos;
- II - 01 (uma) Relatoria escolhida pelo grupo;

Com base nos conteúdos apresentados na Conferência de abertura e nas Palestras a partir dos eixos temáticos, bem como, da Sistematização das Deliberações das Conferências, cada grupo terá um tempo de 60 minutos para a discussão das deliberações sistematizadas, as quais poderão ser alteradas ou modificadas, não cabendo a apresentação de novas propostas.

Ao final, o grupo deverá entregar aos apoios da Comissão de Sistematização/Relatoria o seu relatório, contendo as propostas priorizadas (o número de propostas é definido pelo Regimento Interno), as quais comporão o documento que será discutido e aprovado na Plenária Final. Poderão ser distribuídas, pela Comissão Organizadora aos grupos, deliberações sistematizadas, que por qualquer motivo, não constem no Manual do Participante.

a) A Coordenação terá a função de controlar a ordem das manifestações das pessoas integrantes, assim como o tempo estabelecido para cada uma; observar o tempo total da discussão; promover a escolha da pessoa relatora; assinar juntamente com a pessoa relatora e facilitadora o relatório final do grupo de acordo com o modelo fornecido.

b) A Relatoria terá a função de fazer o registro das discussões do grupo. Ao término do trabalho, deverão apresentar os resultados para aprovação do grupo, e, em seguida, proceder ao preenchimento do relatório, entregando-o aos apoios da Comissão de Sistematização/Relatoria.

Cada grupo deverá apresentar 01 (um) relatório contendo as deliberações priorizadas. O tempo de intervenção verbal de cada membro do grupo será de até 02 (dois) minutos. Destaca-se que pessoas convidadas e observadoras têm direito a voz nos grupos de trabalho, ainda que não possam votar.

DICAS DE COMO INICIAR O TRABALHO EM GRUPOS

1ª Etapa: apresentação das pessoas participantes do grupo;

2ª Etapa: apresentação e/ou escolha da pessoa para mediação que conduzirá a metodologia e cuidará do tempo. Escolha de uma pessoa relatora que ficará responsável por redigir as propostas;

3ª Etapa: momento em que as pessoas apresentam suas propostas, sem muita elaboração por meio de sugestões;

4ª Etapa: as ideias são agrupadas por semelhança do tema;

5ª Etapa: elaboração e registro das propostas consensuais;

6ª Etapa: as propostas deverão ser separadas em âmbitos municipal, estadual e nacional para serem compartilhadas e priorizadas na plenária final.

5.1.7 PLENÁRIA FINAL DA CONFERÊNCIA

A Plenária Final é um espaço de caráter deliberativo, constituído pelas pessoas delegadas, devidamente credenciadas, com competência para discutir, modificar, aprovar ou rejeitar as propostas consolidadas nos grupos de trabalho, além das moções encaminhadas pelos participantes. Nesse espaço também são eleitas as pessoas delegadas para participar da etapa seguinte, que é a Conferência Estadual. As propostas dos grupos de trabalho e as moções devem ser lidas, assegurando às pessoas participantes a oportunidade de apresentação de destaques, para posteriormente serem colocadas em votação. Importante lembrar que devem seguir para a Plenária Final as deliberações de âmbito Municipal, Estadual e Nacional.

Os procedimentos de votação das propostas dos grupos, das moções, bem como, a eleição das pessoas delegadas para a Conferência Estadual deverão estar previstos no Regimento Interno da Conferência, lembrando que após o início do regime de votação fica vetado qualquer destaque ou questão de ordem, a menos que seja sobre o processo de votação.

5.1.8 PROCESSO DE SELEÇÃO DAS PESSOAS CONVIDADAS E OBSERVADORAS

Cabe às Comissões Organizadoras definirem quem e quantas serão as pessoas convidadas. Essas podem ser representantes das Universidades, do Poder Legislativo Federal, Estadual e Municipal, do Judiciário, do Ministério Público, dos Conselhos de Políticas Públicas e de Direitos; lideranças comunitárias, dentre outras pessoas de referência que defendem políticas públicas para as pessoas LGBTQIA+.

Nas Conferências Municipais ou Regionais toda a sociedade está convocada para participar. O objetivo é aproveitar esses espaços de debate coletivo para que haja uma participação social mais representativa e efetiva da população LGBTQIA+, assegurando momentos para uma discussão e avaliação das ações governamentais, também para a escolha de prioridades políticas públicas de direitos para os respectivos níveis de governo e para as diferentes organizações da Sociedade Civil que representam este segmento.

É interessante mobilizar o máximo possível da população envolvida com a causa e pessoas LGBTQIA+, pois todo o trabalho desenvolvido nesta Conferência será centrado nesse público. Nas Conferências Municipais ou Intermunicipais, a participação é direta, ou seja, a própria pessoa se manifesta. Podem participar pessoas ligadas ao poder público local, pessoas ligadas a grupos, associações e entidades da sociedade civil e a população geral implicada e interessada no Tema. As pessoas participantes serão divididas em:

- I** - Pessoas delegadas - Deverão ser eleitas nas Conferências Municipais ou Intermunicipais, para que possam participar das Conferências, Estadual e Nacional com direito a voz e voto nos grupos e plenárias;
- II** - Pessoas Convidadas - com direito a voz, mas sem direito a voto;
- III** - Pessoas Observadoras - com direito a voz, mas sem direito a voto.

6. PROCESSO DE ELEIÇÃO DE PESSOAS DELEGADAS PARA A ETAPA ESTADUAL

As pessoas participantes das Conferências Municipais ou Regionais que desejarem ser as pessoas

delegadas para a Etapa Estadual devem se submeter ao processo eleitoral definido no Regimento da sua respectiva Conferência. O Regimento Interno da Etapa Estadual da 4ª Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ estabelece a forma e número das pessoas delegadas a serem eleitas por cada município do Espírito Santo para a Etapa Estadual. Vale ressaltar que é a Plenária Final que elege as pessoas delegadas para a Conferência Estadual, dentre as que se apresentarem. A identificação da pessoa participante no credenciamento será a referência para sua candidatura como pessoa delegada para a Conferência subsequente. Deve-se atentar para a relação da categoria de representação de cada pessoa delegada.

É bastante comum que uma mesma pessoa seja servidora ou gestora pública e, ao mesmo tempo, tenha também algum tipo de participação em organizações da sociedade civil. Na escolha das pessoas delegadas da Sociedade Civil e do Governo deve prevalecer o que foi estabelecido no momento do credenciamento e a origem da vaga (representante do Governo ou da Sociedade Civil). Os municípios que optarem por realizar a Conferência Intermunicipal devem estar cientes que a escolha das pessoas delegadas para participarem da Conferência Estadual deve ser feita por município, obedecendo aos critérios estabelecidos pelo Regimento Interno da Etapa Estadual da 4ª Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+.

No âmbito municipal, das pessoa(s) delegada(s) governamental(is) deverá(ão) ser indicada(s) entre pessoas gestoras e técnicas do órgão gestor municipal a que está(ão) vinculada(as) ao Conselho Municipal LGBTQIA+, bem como, entre os demais órgãos que atuam na defesa, promoção ou garantia das pessoas LGBTQIA+, no âmbito daquele município ou grupo de municípios limítrofes realizadores de uma conferência intermunicipal. Por sua vez, as pessoas delegadas da sociedade civil serão eleitas entre pessoas LGBTQIA+ e representantes das entidades que atuam na defesa, promoção ou garantia dos seus direitos, no mesmo âmbito municipal ou regional definido para a escolha das pessoas delegadas governamentais.

Sugere-se que as pessoas delegadas representantes do governo e da sociedade civil podem ser escolhidas por votação: as pessoas mais votadas serão as titulares e as demais suplentes, sendo que para cada pessoa delegada eleita terá uma suplente. Sugere-se, ainda, que até 20% das vagas sejam destinadas as pessoas delegadas representantes governamentais e a porcentagem de 80% as pessoas delegadas representantes da sociedade civil. A participação na condição de pessoa delegada é uma oportunidade para influir de verdade nos caminhos das políticas públicas para as pessoas LGBTQIA+ e para debater e defender suas ideias e ou de seu grupo, exercendo de fato o controle social.

7. INSCRIÇÃO DAS PESSOAS DELEGADAS MUNICIPAIS NA CONFERÊNCIA ESTADUAL

As inscrições das pessoas delegadas selecionadas nos municípios serão efetuadas pela internet, até a data prevista no regimento, ou através do endereço: lgbt@sedh.es.gov.br. Cada Comissão Organizadora Municipal deverá realizar a inscrição das pessoas delegadas (titulares e suplentes) eleitas de acordo com o município, representação e a conferência que participou. Quanto às inscrições para pessoa convidada, observadora e acompanhante, estas serão validadas e monitoradas pela equipe da Comissão Organizadora Estadual (COE), portanto autorizadas posteriormente.

8. PROCESSO DE REALIZAÇÃO DA CONFERÊNCIA ESTADUAL LGBTQIA+

8.1 RELATÓRIO FINAL

O Relatório Final deve ser elaborado conforme o modelo proposto pelo Conselho Estadual (Anexo II), de resolução ou instrumento legal de convocação da Conferência Municipal ou Intermunicipal. É importante lembrar que a Conferência Municipal deve apresentar propostas de âmbito Municipal, Estadual e Nacional, mas somente as Estaduais e Nacionais devem ser enviadas. É necessário apresentar pelo menos 01 (uma) e no máximo 03 (três) propostas por eixo, independente, de agrupamento de eixos. Caso haja mais de três propostas a análise ficará a critério da Comissão Organizadora Estadual (COE).

8.2 SOBRE O ENCAMINHAMENTO DO RELATÓRIO FINAL DA CONFERÊNCIA

O Relatório Final da Etapa Municipal da 4ª Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ deve ser enviado à Comissão Organizadora da Conferência Estadual, **IMPRETERIVELMENTE**, até a data prevista na resolução por meio do e-mail do CELGBT+ ES (lgbt@sedh.es.gov.br) para a consolidação das propostas deliberadas e subsídio para o debate na Conferência Estadual. No Relatório Final deve constar a relação das pessoas delegadas eleitas (titulares e as suas respectivas suplentes).

9. ANEXOS

ANEXO I - TABELA DE REFERÊNCIA DAS PESSOAS DELEGADAS MUNICIPAIS 4ª CONFERÊNCIA NACIONAL DOS DIREITOS DAS PESSOAS LGBTQIA+

Cálculo feito com base na fórmula determinada pelo Regimento da 4ª Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA +, por meio da Resolução CELGBT+ES N° 001-S, de 29 de Janeiro de 2024.

TABELA 1 - REFERÊNCIA DE PESSOAS DELEGADAS DA CONFERÊNCIA ESTADUAL DOS DIREITOS DAS PESSOA LGBTQIA+

REGRA DE HABITANTES	Nº DE PESSOAS DELEGADAS
Municípios com até 50.000 habitantes	02 pessoas delegadas
Municípios com 50.001 a 100.000 habitantes	04 pessoas delegadas
Municípios a partir de 100.001 habitantes	06 pessoas delegadas

TABELA 2 - NÚMERO DE PESSOAS DELEGADAS POR MUNICÍPIO¹

Município: (nº de habitantes do município) / 19000 (índice de corte)

Nº	MUNICÍPIOS	HABITANTES	PESSOAS DELEGADAS
1	Afonso Cláudio	30.684	2
2	Águia Branca	9.711	2
3	Água Doce do Norte	12.042	2
4	Alegre	29.177	2
5	Alfredo Chaves	13.836	2
6	Alto Rio Novo	7.434	2
7	Anchieta	29.984	2
8	Apiacá	7.223	2
9	Aracruz	94.765	4
10	Atílio Vivacqua	10.540	2
11	Baixo Guandu	30.674	2
12	Barra de São Francisco	42.498	2
13	Boa Esperança	13.608	2
14	Bom Jesus do Norte	10.254	2
15	Brejetuba	12.985	2
16	Cachoeiro de Itapemirim	185.784	6
17	Cariacica	353.510	6

¹ Dados de acordo com o censo demográfico 2022 do IBGE. Disponível em:<<https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>> Acesso em 12 de março de 2024.

18	Castelo	36.930	2
19	Colatina	119.992	6
20	Conceição da Barra	27.458	2
21	Conceição do Castelo	11.937	2
22	Divino de São Lourenço	5.083	2
23	Domingos Martins	35.416	2
24	Dores do Rio Preto	6.596	2
25	Ecoporanga	21.992	2
26	Fundão	18.014	2
27	Governador Lindenberg	11.009	2
28	Guaçuí	29.358	2
29	Guarapari	124.656	6
30	Ibatiba	25.380	2
31	Ibiraçu	11.713	2
32	Ibitirama	9.520	2
33	Iconha	12.326	2
34	Irupi	13.710	2
35	Itaguaçu	13.589	2
36	Itapemirim	39.832	2
37	Itarana	10.597	2
38	Iúna	28.590	2
39	Jaguareé	28.931	2
40	Jerônimo Monteiro	11.575	2
41	João Neiva	14.079	2
42	Laranja da Terra	11.094	2
43	Linhares	166.786	6
44	Mantenópolis	12.770	2
45	Marataízes	41.929	2
46	Marechal Floriano	17.641	2
47	Marilândia	12.202	2
48	Mimoso do Sul	24.475	2
49	Montanha	18.900	2
50	Mucurici	5.466	2
51	Muniz Freire	18.153	2
52	Muqui	13.745	2
53	Nova Venécia	49.065	2
54	Pancas	18.893	2
55	Pedro Canário	21.522	2
56	Pinheiros	23.915	2
57	Piúma	22.300	2
58	Ponto Belo	6.497	2

59	Presidente Kennedy	13.696	2
60	Rio Bananal	19.273	2
61	Rio Novo do Sul	11.069	2
62	Santa Leopoldina	13.106	2
63	Santa Maria de Jetibá	41.636	2
64	Santa Teresa	22.808	2
65	São Domingos do Norte	8.589	2
66	São Gabriel da Palha	32.252	2
67	São José do Calçado	10.878	2
68	São Mateus	123.750	6
69	São Roque do Canaã	10.886	2
70	Serra	520.649	6
71	Sooretama	26.502	2
72	Vargem Alta	19.563	2
73	Venda Nova do Imigrante	23.831	2
74	Viana	73.423	4
75	Vila Pavão	8.911	2
76	Vila Valério	13.728	2
77	Vila Velha	467.722	6
78	Vitória	322.869	6
TOTAL		3.833.486	196

**ANEXO II - MODELO REFERÊNCIA DO RELATÓRIO FINAL DA ETAPA MUNICIPAL
DA 4ª CONFERÊNCIA NACIONAL DOS DIREITOS DAS PESSOAS LGBTQIA+**

CAPA (INSERIR LOGO)

[INSERIR NOME DO MUNICÍPIO], 202X

RELATÓRIO FINAL DA ETAPA MUNICIPAL DA 4ª CONFERÊNCIA NACIONAL DOS DIREITOS DAS PESSOAS LGBTQIA+

Município: _____

Tema: “CONSTRUINDO A POLÍTICA NACIONAL DOS DIREITOS DAS PESSOAS LGBTQIA+”

INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A ETAPA MUNICIPAL DA 4ª CONFERÊNCIA NACIONAL DOS DIREITOS DAS PESSOAS LGBTQIA+	
Nome do município	
Data(s) de realização	
Total de horas de realização	
Local de realização	
Número total de participantes	
Nome da pessoa responsável pela delegação	
Contato telefônico	
E-mail	

INFORMAÇÕES SOBRE PESSOAS DELEGADAS ELEITAS A ETAPA ESTADUAL DA 4ª CONFERÊNCIA NACIONAL DOS DIREITOS DAS PESSOAS LGBTQIA+	
Número de pessoas delegadas titulares e suplentes eleitas	

PODER PÚBLICO		
1	Nome completo da pessoa delegada titular	
	Nome completo da pessoa delegada suplente	
2	Nome completo da pessoa delegada titular	
	Nome completo pessoa delegada suplente	
3	Nome completo da pessoa delegada titular	
	Nome completo da pessoa delegada suplente	

SOCIEDADE CIVIL

1	Nome completo da pessoa delegada titular	
	Nome completo da pessoa delegada suplente	
2	Nome completo da pessoa delegada titular	
	Nome completo da pessoa delegada suplente	
3	Nome completo da pessoa delegada titular	
	Nome completo da pessoa delegada suplente	

PROPOSTAS APROVADAS EM PLENÁRIA FINAL

EIXO 1:			
ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA LGBTQIA+			
É necessário apresentar até 05 propostas por eixo, independente de agrupamento de eixos			
PROPOSTA	RESPONSABILIDADE <i>(Assinale com um “x”)</i>		
	MUNICÍPIO	ESTADO	UNIÃO

EIXO 2:			
TRABALHO DIGNO E GERAÇÃO DE RENDA À POPULAÇÃO LGBTQIA+			
É necessário apresentar até 05 propostas por eixo, independente de agrupamento de eixos			
PROPOSTA	RESPONSABILIDADE <i>(Assinale com um “x”)</i>		
	MUNICÍPIO	ESTADO	UNIÃO

EIXO 3:			
INTERSECCIONALIDADE E INTERNACIONALIZAÇÃO			
É necessário apresentar até 05 propostas por eixo, independente de agrupamento de eixos			
PROPOSTA	RESPONSABILIDADE <i>(Assinale com um “x”)</i>		
	MUNICÍPIO	ESTADO	UNIÃO

**EIXO 4:
INSTITUCIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DOS DIREITOS DAS PESSOAS
LGBTQIA+**

É necessário apresentar 05 propostas por eixo, independente de agrupamento de eixos

PROPOSTA	RESPONSABILIDADE <i>(Assinale com um “x”)</i>		
	MUNICÍPIO	ESTADO	UNIÃO

MOÇÕES APROVADAS EM PLENÁRIA FINAL

MOÇÕES	
Preencher o campo, caso necessário.	
TIPO	MOÇÃO DE LOUVOR E APLAUSOS
DESCRIÇÃO	

TIPO	MOÇÃO DE APOIO
DESCRIÇÃO	

TIPO	MOÇÃO DE RECOMENDAÇÃO
DESCRIÇÃO	

TIPO	MOÇÃO DE REPÚDIO
DESCRIÇÃO	

DOCUMENTO DE CONVOCAÇÃO

REGISTROS FOTOGRÁFICOS

ANEXO III - MODELO DE MINUTA DE DECRETO/PORTARIA CONJUNTA

Dispõe sobre a convocação para a Etapa Municipal da 4ª Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ de XXXXXXXX/ES e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XXXX, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO o Decreto Federal Nº 11.848, de 26 de Dezembro de 2023, e as Portarias Conjuntas nº 001-S, de 29 de janeiro de 2024 e nº 002-S, de 16 de maio de 2024 da Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Conselho para a Promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CELGBT+ ES);

DECRETA:

Art. 1º. Convocar para a Etapa Municipal da 4ª Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ de XXXXXXXX/ES, com o objetivo de propor diretrizes para a criação e a implementação de políticas públicas destinadas ao enfrentamento da discriminação contra as pessoas LGBTQIA+ e à promoção dos direitos humanos e da cidadania das pessoas LGBTQIA+; e elaborar diretrizes para a criação do Plano Nacional de Promoção dos Direitos Humanos e da Cidadania das Pessoas LGBTQIA+.

Art. 2º. A Etapa Municipal da 4ª Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ terá como tema: "Construindo a Política Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+"

Art. 3º. Estabelecer o dia XX de XXXXX de xxxx para a realização da Etapa Municipal da 4ª Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ de XXXXXXXX/ES;

Art. 4º. A Comissão Organizadora Municipal será composta por representantes do Governo Municipal e da Sociedade Civil.

Art.5º. O Regimento Interno da Etapa Municipal da 4ª Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ será elaborado pela Comissão Organizadora Municipal.

Art.6º. A Etapa Municipal da 4ª Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ elegerá o número de pessoas delegadas para a etapa seguinte, a saber: Etapa Estadual da 4ª Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, de acordo com o Regimento Interno Nacional e Estadual.

Art.7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

**ANEXO IV - MODELO DE MINUTA DE PORTARIA PARA INDICAÇÃO DA
COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO ORGANIZADORA DA ETAPA MUNICIPAL DA 4ª
CONFERÊNCIA NACIONAL DOS DIREITOS DAS PESSOAS LGBTQIA+**

PORTARIA ou PORTARIA CONJUNTA Nº XXX/2024, de XX de XXXXXXXX de 2024.

Dispõe sobre a Comissão Organizadora da Etapa Municipal da 4ª Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ de XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX/ES e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de XXXXXXXXXXXXX – Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, especialmente os poderes que lhes são conferidos pela Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº XXXX/XXXX:

RESOLVE:

Art. 1º Compor a Comissão Organizadora da Etapa Municipal da 4ª Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ de XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX/ES, com a seguinte composição:

1– Representantes do Poder Executivo:

- a) XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX;
- b) XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

2 – Representante do Poder Legislativo:

- a) XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

3 – Representantes da Sociedade Civil:

- a) XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX;
- b) XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

4 – Pessoas Convidadas

- a) XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
- b) XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Art. 2º A Coordenação da Comissão Organizadora será exercida por XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

Art. 3º No decorrer dos trabalhos, a Comissão Organizadora da Etapa Municipal da 4ª Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ de XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX/ES poderá requisitar a colaboração da Secretaria Municipal de XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

Art. 4º A Comissão ficará responsável por toda a preparação e organização da Etapa Municipal da 4ª Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ de XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX/ES, bem como, pela elaboração do Regimento Interno e do relatório final a ser enviado à Etapa Estadual da 4ª Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ e Nacional.

Art. 5º A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Cumpra-se, registre-se e publique-se.

Gabinete do Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de XXXXXX/ES